



Dimensões da privatização da educação básica no Brasil: um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990

Andrey da Silva Mori¹

Citação: MORI, A. da S. Resenha da obra. Dimensões da privatização da educação básica no Brasil: um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 17, e86715. Janeiro de 2023.



<http://10.5380/jpe.v17i0.86715>

Não é novidade na história da educação brasileira os constantes conflitos entre o público e o privado, sendo esta uma chave de análise utilizada diversas vezes para compreender processos políticos decorridos no país (CUNHA, 2007; CURY, 1992; SAVIANI et al, 2004). A despeito disso, com a força do neoliberalismo e o propagado “fim da história” nos anos 1990, e passada a ascensão popular brasileira que resultou na Constituição Cidadã de 1988, verificou-se no país uma série de políticas que buscaram reorganizar os papéis do Estado e do mercado na sociedade, seja no aspecto administrativo (por exemplo o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, de 1995) ou orçamentário (por exemplo a Lei de Responsabilidade Fiscal, de 2000).

Theresa Adrião formou-se nesse período: pedagoga (1988), mestre (1995) e doutora (2001) em educação pela Universidade de São Paulo (USP). Tão logo iniciou a carreira como docente e pesquisadora no ensino superior, junto à Universidade Estadual

¹ Pedagogo pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pesquisador junto ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional (GREPPE). Campinas, SP. Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7314-254X>. E-mail: andrey.mori@gmail.com

Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) – câmpus de Rio Claro, começou a participar de pesquisas interinstitucionais, em colaboração com pesquisadores de diferentes partes do Brasil, sobre temas relacionados à gestão e ao financiamento da educação básica. Com o desenvolvimento de tais pesquisas, os desdobramentos das políticas de redefinição do papel do Estado iniciadas nos anos 1990 começaram a ganhar contornos mais bem definidos, e a temática da privatização da educação, ainda não entendida nesses termos, passou a fazer parte da agenda da pesquisadora. O Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional (GREPPE), coordenado por Adrião, é resultado da necessidade objetiva de articular e catalisar essas pesquisas (ADRIÃO, 2012).

Passados mais de dez anos de amadurecimento teórico e político, com análise comparada dentro do território brasileiro, mas também com outros países (notadamente Chile, Estados Unidos e Portugal), Adrião defende sua tese de livre-docência em 2015 junto à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), da qual resulta a obra *Dimensões da privatização da educação básica no Brasil: um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990*, foco desta resenha.

Apesar da publicação alguns anos após a titulação de Livre-Docente, o texto mantém sua atualidade, posto que o resultado é a caracterização de um processo em curso e que ainda não se esgotou, ao contrário, ganhou novos ares nos últimos anos, por exemplo com a Emenda Constitucional 95 de 2016 e com a expansão digital da educação potencializada pela pandemia da Covid-19.

Como o próprio título sugere, o cerne deste trabalho é um diálogo com a produção acadêmica. Trata-se, na verdade, do esforço da pesquisadora em compreender, prática e teoricamente, o que é a privatização da educação básica. Para tanto, elabora um estado da arte sobre o tema, tarefa que exige levantar, sistematizar e analisar artigos, teses e dissertações relacionadas à área. A título de ilustração do esforço, a obra está dividida em 4 capítulos além da introdução, e como resultado apresenta 5 figuras, 4 quadros, 26 tabelas e 54 gráficos, necessários para a apresentação didática dos 224 artigos e 72 teses ou dissertações.

Pesquisas de tipo estado da arte objetivam produzir um panorama do que já foi feito sobre determinado tema, mapeando e caracterizando a produção científica prévia. Neste sentido, a autora buscou artigos em língua portuguesa e inglesa, via *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO) e *Web of Science* (WoS) respectivamente, e teses e dissertações brasileiras, obtidas a partir do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e

do repositório institucional de 8 universidades representativas do país, a saber: as três estaduais paulistas – USP, Unicamp e Unesp – e uma de cada região do país, aquela cujo programa de pós-graduação é o maior – Federal do Pará (UFPA); Federal de Pernambuco (UFPE); de Brasília (UnB); Federal de Minas Gerais (UFMG); e Federal do Rio grande do Sul (UFRGS).

Para a seleção dos trabalhos, os descritores elencados para a busca em língua portuguesa foram: financiamento; escolha parental; subsídio; parceria público-privado; parceria público-privada; gestão privada; privatização; cooperativa; cogestão; quase-mercado; *charter*; *choice*. Em língua inglesa, os descritores foram: *financing*; *public private partnership*; *co-management*; *aid* ou *subvention*; *cooperative*; *privatization*; *charter*; *choice*. Interessante notar que a escolha dos descritores evidencia a concepção ampla, que abrange diversos processos, que a autora tem de privatização da educação. O período de interesse do levantamento compreende o intervalo 1990 a 2014. O início do recorte é justificado pela “generalização da agenda reformadora na educação orientada para e pelos negócios” (p. 120-121) e pela aprovação da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, na Conferência de Jomtien, e o fim pelo prazo de integralização do estudo.

No primeiro capítulo, intitulado *Privatização da educação: dimensões e formas de operacionalização*, Adrião afirma que o termo privatização é o que melhor apreende o movimento que direciona a educação básica brasileira ao campo de influência do setor privado, lucrativo ou não, e a subordina a ele. Neste sentido, argumenta que conceitos como mercantilização ou parceria/relações entre o público e o privado não são os mais adequados para caracterizar este processo. As formas de operacionalização são as maneiras pelas quais o Estado, de fato, se desobriga, flexibiliza ou transfere suas responsabilidades ao setor privado, ou seja, tratam-se das formas que a privatização ocorre. A autora ainda organiza estas formas em três dimensões da política educativa, a saber: oferta educacional, gestão da educação pública e currículo.

O entendimento da privatização da educação básica enquanto formas de operacionalização aglutinadas em três dimensões da política educativa é a principal contribuição teórica da pesquisadora neste trabalho. A oferta educacional é privatizada quando organizações privadas são financiadas com recursos públicos, direta ou indiretamente, quando se introduz ou amplia políticas de escolha parental (*choice*), ou mesmo quando o sistema público de ensino coexiste com um sistema escolar privado. À privatização da gestão da educação pública corresponde a transferência da gestão escolar

ou a transferência/delegação da gestão da rede de ensino para atores privados. Por fim, a privatização do currículo compreende a compra ou adoção de desenhos curriculares ou tecnologias educacionais elaboradas pelo setor privado, bem como a aquisição de Sistemas Privados de Ensino (SPE), uma cesta completa que inclui, dentre outras coisas, formação continuada dos docentes e avaliação interna e externa.

Os segundo e terceiro capítulos, intitulados respectivamente *Sobre a modalidade de pesquisa estado da arte: do que falam os periódicos na área de educação – SciELO-Br e Web of Science (1990-2014)* e *Produção da pós-graduação brasileira sobre privatização da educação: 1990-2014* apresentam o tipo de pesquisa desenvolvido e os resultados encontrados a partir da busca pelos trabalhos acadêmicos. A análise realizada pela autora envolve dois aspectos: bibliométricos (ano da publicação; país ou região do Brasil no qual se localiza a instituição de vínculo do autor principal; e periódico ou instituição na qual o trabalho foi publicado/desenvolvido) e qualitativos (campo empírico; natureza da pesquisa; metodologia da pesquisa; dimensão e forma da privatização a que o trabalho se refere; etapa da educação básica focalizada; posição do(s) autor(es) diante do processo analisado; programa/política/ator analisado; e tema/objeto da produção), sendo este último aspecto identificado a partir da leitura do resumo dos trabalhos.

O quarto e último capítulo, intitulado *Indicações finais sobre as dimensões de privatização da educação básica no atual contexto brasileiro em diálogo com a produção bibliográfica*, apresenta a síntese do trabalho desenvolvido: quais são as nuances da produção acadêmica brasileira se comparada com a literatura internacional? Aqui reside outra potência deste trabalho: lubrificar as engrenagens que movem a pesquisa brasileira, indicando as ênfases e omissões, bem como destacando de que maneira o contexto histórico tem orientado o conteúdo e a forma dos trabalhos. Oferece, portanto, terreno fértil para a continuidade dos trabalhos por outros pesquisadores.

Adrião verifica que, em todas as bases, a dimensão mais focalizada pelas pesquisas é a dimensão da oferta educacional, sobretudo na forma de subsídio público ao setor privado, enquanto o menor foco está na dimensão do currículo. A dimensão da gestão da educação pública é bastante estudada nos trabalhos acadêmicos dos programas pós-graduações brasileiras. Dentre as diversas considerações que a autora faz sobre a produção acadêmica analisada, ressaltou três pontos que merecem atenção dos pesquisadores brasileiros: 1) escolas sob contrato ou conveniadas (*charter schools* em alguns países) apresentam diferenças regionais, dentro e fora do Brasil, que precisam ser

levadas em conta, caso contrário corre-se risco de importar acriticamente conceitos que não explicam de maneira satisfatória nossa realidade; 2) aulas particulares ou tutorias digitais configuram-se enquanto privatização da educação e têm relação com o aumento da desigualdade educacional e social, apesar de serem profundamente naturalizadas em nosso país e negligenciada pelas pesquisas; 3) renúncias fiscais são incentivos públicos indiretos ao setor privado, sendo também uma forma de privatização pouco explorada, mesmo em estudos de financiamento da educação.

A obra *Dimensões da privatização da educação no Brasil: um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990* chega para o público em oportuna hora. Diante de inúmeros retrocessos e constante avanço do setor privado sobre a educação pública, ter em mãos uma discussão conceitualmente qualificada, amadurecida a partir do diálogo com a produção científica nacional e internacional, é fundamental, tanto para a academia quanto para as políticas educacionais: para a academia, na medida em que organiza o que já foi feito e aponta caminhos que podem ser trilhados; para as políticas educacionais, servindo de guia para elaboração e implementação de propostas contrárias às propostas privatistas, sobretudo ao fornecer conceitos lapidados de acordo com a realidade nacional.

Referências bibliográficas

ADRIÃO, Theresa. Notas sobre o Grupo de Estudos e Pesquisa em Política Educacional – GREPPE. **Jornal de Políticas Educativas**, n. 12, jul./dez. 2012, p. 51-56. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/32275/20495>>. Acesso em: 10/07/2022.

CUNHA, Luiz Antônio. O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o estado e o mercado. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100 - Especial, out. 2007, p. 809-829. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/es/a/tcv35NPhMLYGgFjxyhHVRkD/?format=pdf&lang=pt>>.

Acesso em: 10/07/2022.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O público e o privado na educação brasileira contemporânea: posições e tendências. **Caderno de Pesquisa**, n. 81, maio 1992, p. 33-44. Disponível em: <<https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/988/998>>. Acesso em: 10/07/2022.

SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.

MORI, A. da S. Resenha da obra. Dimensões da privatização da educação básica no Brasil: um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990

Recebido em Novembro de 2022
Aprovado em Dezembro de 2022
Publicado em Janeiro de 2023



Volume 17

Seção Dossiê e86715

30 de janeiro de 2023



O Copyright é retido pelo/a autor/a (ou primeiro co-autor) que outorga o direito da primeira publicação ao **Jornal de Políticas Educacionais**. Mais informação da licença de Creative Commons encontram-se em <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0>. Qualquer outro uso deve ser aprovado em conjunto pelo/s autor/es e pelo periódico.

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS é uma publicação do Núcleo de Políticas Educacionais do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR, em consórcio com a Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFPR, que aceita colaboração, reservando-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à redação. As colaborações devem ser enviadas ao NuPE/UFPR, conforme orientações contidas nas páginas do periódico na internet: <http://revistas.ufpr.br/jpe>.

INDEXAÇÃO:

BASE DE DADOS

Sumário.Org
Google Scholar
BASE
Dimensions
Miar

DIRETÓRIOS

Scielo Educ@
Diadorim
DOAJ
Erih Plus
Latindex
EZB
ROAD
Journal 4-free

ÍNDICES

Index Copernicus
Cite Factor

PORTAIS

LiVre
Capes
Science Open
World Wide Science

(Periódico integralmente disponível apenas em via eletrônica)

Jornal de Políticas Educacionais / Núcleo de Políticas Educacionais da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR – v.1, n. 1 (1º semestre de 2007) – Curitiba: NuPE/UFPR.

Volume 17, e86715 – Janeiro de 2023

ISSN 1981-1969

1. Educação – Periódicos. 2. Política Educacional – Periódicos. I. NuPE/UFPR

MORI, A. da S. Resenha da obra. Dimensões da privatização da educação básica no Brasil: um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990

Comitê Editorial:

Elisângela Scaff (UFPR)

Daniela de Oliveira Pires (UFPR)

Conselho Editorial:

Adriana Aparecida Dragone Silveira (UFPR-Brasil), Ana Lorena de Oliveira Bruel (UFPR-Brasil), Andréa Barbosa Gouveia (UFPR - Brasil), Angela Maria Martins (FCC, Brasil), Angelo Ricardo de Souza (UFPR-Brasil), Antonia Almeida Silva (UEFS, Brasil), Cassia Alessandra Domiciano (UFPR-Brasil), Cesar Tello (Universidad Nacional Tres Febrero, Argentina), Claudia Regina Baukat Silveira Moreira (UFPR-Brasil), Cristiane Machado (Unicamp- Brasil), Elton Luiz Nardi (UNOESC, Brasil), Fernanda Saforcada (Universidad de Buenos Aires – UBA - Argentina), Isaac Paxe (Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED- Luanda, Angola), Gabriela Schneider (UFPR-Brasil), Gladys Beatriz Barreyro (USP - Brasil), Gilda Cardoso Araújo (UFES - Brasil), Gustavo Enrique Fischman (Arizona State University - USA), Janete Maria Lins de Azevedo (UFPE, Brasil), Jefferson Mainardes (UEPG - Brasil), João Ferreira de Oliveira (UFG - Brasil), Jorge Alarcon Leiva (Universidad de Talca - Chile), Jorge Manuel Gorostiaga (UNSAM – Argentina), Juca Gil (UFRGS - Brasil), Luciana Rosa Marques (UFPE, Brasil), Marcos Alexandre dos Santos Ferraz (UFPR-Brasil) Marcia Aparecida Jacomini (Unifesp-Brasil), Maria Dilméia Espíndola Fernandes (UFMS, Brasil), Natalia Oliveira Woolley (UCLA, USA), Ney Cristina Monteiro de Oliveira (UFPA - Brasil), Nicolás Bentancur, (Universidad de la República de Uruguay), Nora Krawczyk (Unicamp- Brasil), Pedro Flores-Crespo (UAQ, México) Rodrigo da Silva Pereira (UFBA, Brasil), Robert Verhine (UFBA - Brasil), Rosana Cruz (UFPI - Brasil), Rubens Barbosa Camargo (USP - Brasil), Sebastián Donoso Díaz (Universidad de Talca - Chile), Theresa Adrião (UNICAMP - Brasil), Vera Maria Vidal Peroni (UFRGS - Brasil).

Créditos e Agradecimentos:

Revisão de Língua Portuguesa, Abstract e Resumen: Programa de apoio às publicações científicas periódicas da UFPR

Arte e diagramação: Tiago Tavares (tiagotav@gmail.com)

Jornal de Políticas Educacionais
Universidade Federal do Paraná
Setor de Educação
Núcleo de Políticas Educacionais – NuPE/UFPR
Avenida Sete de Setembro, 2645
2º andar, Sala 213
80.230-010 – Curitiba – PR – Brasil
Tel.: 41-3535-6264
jpe@ufpr.br
<http://revistas.ufpr.br/jpe>